

ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES PARA ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A transformação do bairro rural Moçambo em distrito

Letícia Almeida Araújo¹

Resumo

Muitas políticas públicas são destinadas a determinados territórios sem que atendam suas reais necessidades. Em outros, pequenas mudanças são realizadas sem o estudo de suas particularidades e são chamadas de políticas públicas. O bairro rural Moçambo foi elevado à categoria distrito do município de Muzambinho (MG), a partir de 2015, trazendo implicações socioespaciais e culturais para sua população. Até o momento nenhuma mudança de infraestrutura ou bem-estar social esperada pelos moradores com essa transformação ocorreu, mas as medidas para a cobrança de impostos foram as primeiras a serem adotadas. Assim, essa pesquisa busca fazer uma análise de como essas políticas são adotadas, em especial se as transformações decorrentes da elevação de Moçambo a distrito podem ser consideradas uma política que atenda aos anseios de sua população.

Palavras-chave: relação campo- cidade, distrito, políticas públicas.

Introdução

Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que ocorrem de forma global acabam por interferir, em diferentes intensidades no local. Assim ocorreu com o bairro rural Moçambo que, no início de 2015, tornou-se distrito do município de Muzambinho, na mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais. O bairro destacou-se a partir da implantação do ramal Moçambo da estação ferroviária da Companhia Mogyana, principal meio de transporte no auge da produção cafeeira. Com a modernização nos meios de transporte, a ferrovia foi desativada em 1966 e a rodovia BR-491 passou a cruzar o bairro, que deixou de ser movimentado e próspero, mas que mantém no café a principal fonte de renda.

Com essa transformação, os moradores deixarão de pagar o ITR (Imposto Territorial Rural) e passarão a contribuir com o IPTU (Imposto Predial e Territorial Rural). Desse modo, espera-se que melhorias em termos de infraestrutura urbana básica, saúde e educação ocorram. Por enquanto, eles possuem uma grande dependência em todos os setores com a sede do município e mesmo com a transformação em distrito, nenhuma melhoria ou mudança concreta ocorreu.

¹ Pesquisadora GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais) na Universidade Federal de Alfenas.
araujo.leticia.almeida@gmail.com

A prioridade em se acelerar os processos burocráticos para arrecadação do imposto urbano enquanto os serviços e as necessidades básicas da população não são atendidos com a velocidade e o rigor necessários, acaba por revelar que há muito em se rever nas políticas públicas voltadas ao campo e à sua população. Nem sempre o que o poder público determina para a população uma localidade é o que vai se adequar ao seu modo de vida, e à sua identificação cultural.

Partindo dessas informações, esse trabalho se pretende analisar se as medidas e políticas públicas são adotadas respeitando as particularidades de cada localidade, e especificamente, verificar o processo de transformação socioespacial do bairro rural Moçambo em distrito municipal, e apresentar as mudanças em curso.

Para propósitos do trabalho, além da revisão e levantamento teórico e bibliográfico sobre a relação campo-cidade, bairros rurais, distritos e políticas públicas, foram realizadas entrevistas com moradores antigos e jovens do bairro, com o prefeito e o presidente da Câmara Municipal de Muzambinho, além da aplicação de questionários semiestruturados junto a representantes de famílias residentes no bairro. Os dados e falas coletados tiveram objetivo de analisar a visão dos moradores e do poder público sobre o processo de transformação do bairro rural em distrito municipal.

O trabalho se desenvolve sobre o entendimento de que a relação campo-cidade teve vários contornos, interpretações e visões na história brasileira e do mundo, e hoje a integração dos espaços urbanos e rurais é complexa e rica de particularidades. E tem-se como visão adotada, que existem ruralidades na cidade e urbanidades no campo, sem que cada espaço perca suas características e especificidades.

A transformação estudada nesse trabalho ocorreu com o Povoado do Moçambo (como consta em documentos e registros oficiais do município) ou bairro rural Moçambo (como é tratado pelos moradores), que no início de 2015 tornou-se distrito do município de Muzambinho, um município pequeno em termos populacionais, com cerca de 21.017 habitantes (IBGE, 2015), na mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais. (Figura 1).

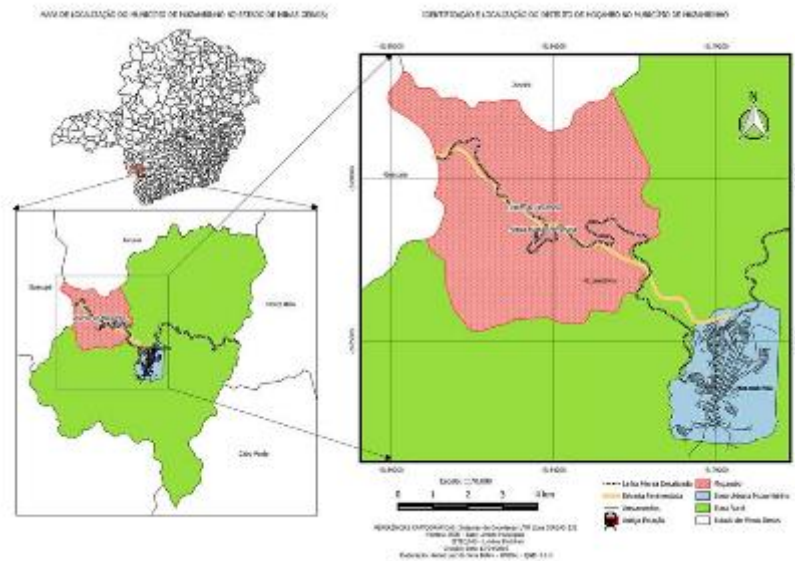


Figura 1- Mapa de localização do distrito de Moçambo no município de Muzambinho (MG).
 Fonte: IBGE; IGTEC-MG. Organização: André Luiz da Silva Bellini (2016).

Mocambo é cortado pela rodovia BR-491, que o liga à sede de seu município e de outros vizinhos e a maior parte de sua população concentra-se na parte onde está próxima do antigo prédio da Estação Moçambo, atual Escola Municipal do Povoado no Moçambo, além de estabelecimentos comerciais e presença de infraestrutura urbana.

De acordo com dados declarados pelo Registro Geral da Vigilância Sanitária de Muzambinho (2015), existem 237 habitantes, embora o relato oral de representantes do poder público municipal declare aproximadamente 400 moradores. No projeto de elaboração da lei para criação do distrito, só existe a documentação que consta o número de 100 moradias, não se tem nenhuma referência oficial no projeto, do número de moradores.

Quase não há documentação de dados quantitativos, estatísticos ou de representação espacial e social do distrito, então os dados pesquisados a campo, permitiram constatar a existência de uma população composta por muitos aposentados e moradores que residem há mais de vinte anos no Moçambo, assim como constatou-se a presença de poucos jovens moradores.

A transformação em distrito partiu de uma proposta de governo, que apresentou todos os documentos necessários dentro das exigências da legislação estadual para esse fim, mas uma mudança como essa, envolve questões de novas atribuições financeiras aos moradores, como o pagamento de taxas e impostos, identificação do eleitorado no município, mudanças no acesso ao crédito para financiamento rural, e questões de ordem social, como identificação dos

moradores com um modo de vida rural além de suas expectativas para que melhorias em temas de infraestrutura aconteçam.

Assim como no Moçambo, em muitos territórios brasileiros, acontecem ações de ordem municipal, do estado, ou até mesmo de âmbito federal que não atendem às suas particularidades. Algumas delas, de interesses de alguns órgãos para arrecadação de dinheiro, outras como uma forma de manipular o que realmente deveria ser feito em benefício da população.

Políticas públicas não devem ser generalizadas

A transformação de um bairro rural em um distrito não é uma medida que pode ser tomada sem consulta à sua população. Impostos urbanos passam a ser arrecadados, alguns direitos garantidos apenas à moradores do campo são retirados e isso é um fator que deve ser levado em consideração principalmente em locais onde o modo de vida é rural e a base da economia vem da agricultura.

A questão das definições do que seria considerado campo e cidade é complexa e hoje enxerga-se a aproximação desses espaços, com intensa troca entre eles, mas com a manutenção de suas especificidades, visão defendida nesse trabalho, com as considerações de Rua (a) (2005, p.48): “Rural e urbano interagem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades. ”

Alves e Vale (2013, p.38) trazem que “o que vai diferenciar o urbano do rural é a intensidade da territorialidade, pois o primeiro representa relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa. ”

É o que ocorre com Moçambo, que se tornou um distrito, mas mantém seu caráter rural muito evidente, ainda preservando características de um bairro rural como as trazidas por Pina, Lima e Silva (p. 138):

Os bairros rurais se organizam como grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal; pela forma específica de ajustamento ao meio ecológico, através do trabalho de roça, executado pela família conjugal como unidade econômica e utilizando técnicas rudimentares; pela interdependência visível entre o grupo de vizinhança e núcleos urbanos, locais e regionais, para os quais se dirigem os lavradores, seja para vender seus produtos e comprar mercadorias, seja em romarias religiosas, seja para tratar das poucas atividades administrativas e políticas que estão ao seu alcance. (QUEIROZ, 1973 apud PINA; LIMA; SILVA, 2008).

O então distrito, não pode ser considerado um campo que foi urbanizado: em diferentes intensidades sempre esteve indiretamente ou até diretamente conectado com a cidade e todos instrumentos tidos como urbanos, mas não perdeu sua identidade rural, seu apego ao local, e o modo de vida familiar de um bairro. Porém, mesmo se tornando um distrito, direitos básicos de bem-estar social, ainda não foram atendidos.

Mesmo sendo grande a área de estudo sobre o distrito, Manaia (2010, p.3.482) diz que “muitos célebres pensadores trabalharam com a urbanização, suas hierarquias e intercomunicações, porém não se aprofundaram na discussão sobre a interface entre o campo e a cidade, da qual os distritos são a melhor expressão.”

O estudo sobre esse novo distrito então, é uma possibilidade de se avaliar como as medidas políticas estão sendo implementadas em cada localidade do país, se suas especificidades estão sendo respeitadas, é o que Rua (b) (2009, p. 20) afirma: “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”, principalmente quando se fala de população do campo de uma cidade pequena sem olhares e atrativos marcantes ao capital, e em conceitos tão complexos como o da relação campo- cidade.

Para Lima (2012), de acordo com a abordagem multicêntrica, “o importante não é quem formula a política, que pode ser qualquer um, mas a origem do problema a ser enfrentado, esta é a sua caracterização fundamental. Assim uma política recebe o adjetivo de “pública” se o problema que tenta enfrentar é público.” Desse modo, muitas medidas são tomadas em diversas localidades do país, mas que nem sempre atendem aos anseios da população: são generalizadas, são feitas em planejamento, são elaboradas por atores que não compreendem ou não participam da realidade de quem está vulnerável e necessitando de uma intervenção pública.

Muitas vezes a política pública está atrelada a interesses políticos e particulares e nem sempre aquilo que se é esperado dos órgãos responsáveis pelo bem estar e as carencias de uma comunidade acontece

Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as

“não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, P. 3, 2002)

Quando se generaliza políticas elaboradas para determinada situação que ocorre com uma população de um território e se aplica a outro sem conhecer suas particularidades, podem ocorrer graves injustiças e perdas de direitos como o acesso a políticas públicas de caráter social e de desenvolvimento econômico, como Pereira e Silva (2009) vão trazer que no período recente, dentre os acontecimentos mais marcantes na esfera de políticas públicas para o meio rural brasileiro, “pode-se destacar o fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 2006).”

A transformação de um bairro rural em distrito sem avaliar essas condições, pode ser prejudicial para a população ao acesso a essas redes de financiamento rural, ao enquadramento em programas públicos como esse, porque muitas vezes, a população do bairro tem o ódio de vida rural e se sustenta economicamente do campo, do que planta, enquanto que a administração dos municípios visam o arrecadamento de impostos urbanos e a promessa de melhorias de infraestrutura para a população, como o caso estudado do novo distrito de Moçambo.

As particularidades do Moçambo foram respeitadas para se transformar em distrito?

O bairro rural ocupado por um grande número de pessoas aposentadas, famílias que trabalham no campo ou pessoas que vieram de outras localidades procurando um novo meio de sustento, foi transformado em distrito no início de 2015. Muitos moradores não tiveram conhecimentos dos benefícios ou pontos negativos dessa transformação, e nem participaram da reunião de votação de aprovação, realizadas por representantes do poder público Municipal e outras empresas geridas pelo Estado. Sobre a participação nas reuniões realizadas para transformação em distrito, e sobre a identificação de mudanças com a elevação à distrito, os moradores relataram:

As reuniões para Moçambo virar distrito foram no centro comunitário. Eles fizeram algumas reuniões, mas às vezes o pessoal nem sabia, não ficava sabendo direito, nem não iam. Até agora não mudou nada, a única coisa que fizeram depois que falaram que passou a distrito foi que a prefeitura veio aqui rapou umas terrinhas da sarjeta do calçamento, passou uma cal no meio fio, pintou um pouquinho os postes, acho que com cal porque até já saiu. (J. S., 75 anos).

Quando questionados se foram consultados para transformação do bairro rural em distrito, 100% dos moradores entrevistados responderam que sim. Essa totalidade não implica que todos compareceram à reunião de votação para transformação, ou que se inteiraram das possíveis implicações causadas por essa transformação. O que foi possível compreender é que os moradores, em geral, ficaram sabendo através de recados na igreja, ou na fala de vizinhos sobre a data da reunião e que se queria transformar Moçambo em distrito, mas o que ficou evidente é que alguns deles não participaram das reuniões que a prefeitura disse realizar, e nem sabem dizer que tipo de mudanças pode acontecer, por isso a impressão de que interpretaram o questionamento se foram consultados, por “se ficaram sabendo” sobre a transformação.

Ainda assim, quando questionados sobre a transformação em distrito, a totalidade dos entrevistados se mostrou favorável. As justificativas para esse posicionamento, na maioria das falas dos entrevistados, foi a esperança de se trazerem benefícios para a população na condição de distrito, como melhorias na infraestrutura do bairro. Nenhum dos moradores que responderam ao questionário citaram algum tipo de implicação negativa ou desvantagem, como se o que tivesse sido exposto para analisarem fossem somente as vantagens.

Grande parte dos moradores ainda completaram sua fala dizendo que foram favoráveis à transformação do distrito esperando melhorias, mas que “até agora nada mudou.”

Desse modo, quando questionados sobre o atendimento médico no distrito, todos moradores responderam que consideram “ruim” porque, na realidade, não se tem atendimento no distrito, nem posto de saúde, nem médicos se deslocam para fazer o atendimento. Foi citado que existe uma caixa de primeiros socorros comunitária, no salão dos moradores, mas que qualquer tipo de atendimento ou consulta é necessário que se desloquem até a cidade de Muzambinho ou no município de Guaxupé. Os moradores completaram que a distância até a sede do município não é grande, mas sempre tem algum tipo de custo com o deslocamento, uma vez que não é possível caminhar por mais de seis quilômetros para se ter o atendimento médico.

Sobre a infraestrutura do distrito, a maioria dos entrevistados (83%) consideraram como regular (gráfico 1).

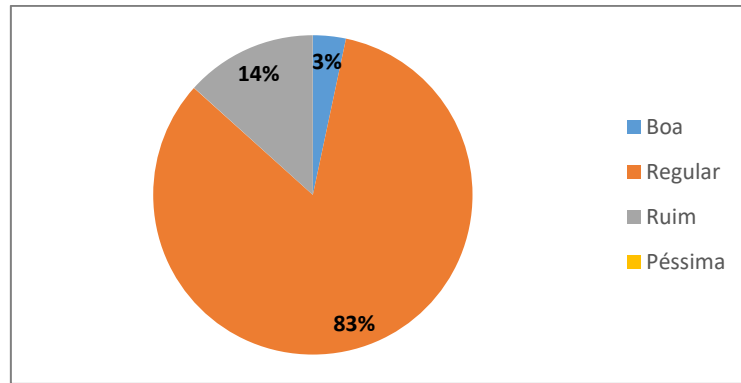


Gráfico 1- Infraestrutura básica no distrito.
Fonte: Letícia Almeida Araújo, 2016. Pesquisa de campo.

Essa consideração foi feita, porque segundo os moradores, existe a energia elétrica, a coleta de lixo é feita uma vez por semana, mas muitas melhorias ainda precisam ocorrer. A principal delas é quanto ao tratamento da água e esgoto. A água utilizada é de minas e de poços artesanais como o instalado na escola (figura 2):



Figura 2- Poço artesiano da Escola Municipal do Moçambo.
Fonte: Letícia Almeida Araújo, 2016. Pesquisa de campo. (maio, 2016).

Os moradores ainda aguardam o calçamento nas demais ruas do distrito (figura 3), uma vez que a passagem de veículos levanta muita poeira nas casas e apenas as ruas de acesso ao distrito e as ruas onde estão a escola, a igreja e o salão de eventos são calçadas.



Figura 3- Rua sem calçamento no Distrito de Moçambo.
Fonte: Letícia Almeida Araújo, 2016. Pesquisa de campo. (maio, 2016).

Outra mudança que os moradores relataram esperar é a criação de um “trevo” na entrada principal de acesso, uma vez que a rodovia BR- 491 cruza o distrito e os moradores sempre encontram dificuldades para saírem com seus veículos ou mesmo para cruzar a rua para ir até o ponto de ônibus, porque o fluxo de veículos na rodovia é intenso. (Figura 4).



Figura 4- Principal entrada de acesso ao Moçambo.
Fonte: Letícia Almeida Araújo, 2016. Pesquisa de campo. (maio, 2016).

Alguns moradores também relataram não ter sinal eficiente de telefone celular e de internet. Os moradores antigos entrevistados e alguns de seus familiares também fizeram suas considerações sobre a transformação em distrito.

Moçambo virou distrito, mas por enquanto não mudou nada. Por enquanto só está no nome. Infraestrutura não melhorou nada. Nem a água, que era o nosso objetivo, a nossa luta, não chegou. A Copasa ainda não se manifestou também. Até ajeitar né, está tudo lá, na mão do deputado, na mão do governo. Nós já tivemos reunião com deputado, com engenheiro da Copasa, mas está tudo parado. (J. R. B. S., 57 anos).

Nós pedimos aqui, leva para o prefeito, o prefeito leva para o deputado, para chegar até lá na presidência da Copasa. É que também o Moçambo é o primeiro distrito, está muito recente ainda. Também acredito que a política no nosso país é muito maldosa, é vingativa. Se eu quero fazer uma coisa, outros correm atrás e não deixam aquele benefício ocorrer. Um constrói um tijolo, o outro derruba. Acho que aqui o trabalho não foi bem feito por conta da política. (J. B., 64 anos).

Meu pai quando comprou essa casa era um casarão, porque antes funcionava a farmácia e o mercado, ia até a esquina. Essa rua era tudo de comércio. Agora de comércio só tem o barzinho da Dona Maria. Postinho de saúde não tem, água cada um tem para si, cada um tem sua cisterna. Agora virando distrito vamos ver se eles colocam a água, né! Tem o poço artesiano lá na escola, que muitos estavam com dificuldade de água, mas só naquele pedaço que colocaram. (M. D. S. S., 57 anos).

Pelo o que foi analisado em suas falas, a mudança mais esperada pelos moradores e que ainda não aconteceu mesmo com a transformação em distrito, foi a questão do tratamento da água, e mais uma vez o fator político é evidenciado, dessa vez por parte de um morador, que confidenciou acreditar que pode haver boas intenções dos governantes, mas que aqueles contrários ao governo sempre vão criar entraves, e quem sempre sairá prejudicada será a população, e ainda completou dizendo que em sua visão, o município em si, já deixou de crescer “por conta dessas oposições que apenas brigam pelo poder”.

Sobre as reuniões realizadas com os moradores, e o dia da eleição para a transformação em distrito, o prefeito comenta:

Eu participei de várias reuniões, nós fizemos várias. Muitos moradores participaram, fizemos com as lideranças do bairro, e depois quando houve essa votação, essa eleição, o galpão estava cheio. Então a população participou mesmo. Foi lá no bairro do Moçambo mesmo. Aliás uma característica do Moçambo que nos levou a pensar no distrito é exatamente isso: uma comunidade participativa, porque quando a comunidade não é participativa não adianta fazer distrito.²

Uma ressalva sobre o dia da votação é feita por um dos moradores antigos entrevistados:

Agora passou a distrito, né? Eu achei tão ruim esse negócio de passar a distrito aqui.... Eu acho que ainda não estava na hora, né? Eu fui na reunião, só eu que não levantei a mão na hora a favor, porque o povo achou que ia trazer muito benefício, eu acho que não vai não. Eles vão é querer arrecadar uma coisa daqui. Não melhorou nada de infraestrutura ainda. Fizerem de surpresa né, não fizeram uma pesquisa para povo ver se queria, todo mundo no dia da votação levantou a mão, já assinou, não adiantava nada eu ficar em contra.” (J. S., 75 anos).

² Ivan Antônio de Freitas- prefeito de Muzambinho, 2016.

O que se pode pensar a partir da fala do morador entrevistado, é que realmente foram ressaltados os benefícios da transformação, mas pouco se discutiu sobre qualquer tipo de ônus.

Para um dos moradores, neto de um dos entrevistados, essa mudança que a população espera ainda não ocorreu por ser uma transformação recente, e porque o prefeito cumpre seu último ano de mandato: “eu acredito que é porque está muito recente ainda, e também por causa do final do mandato do prefeito, que essas mudanças ainda não aconteceram” (J.M.S., 22 anos).

O questionamento sobre essas mudanças na infraestrutura não estarem ocorrendo, foi feito aos representantes do poder público municipal entrevistados:

Não, ainda não houve nenhuma transformação de infraestrutura para população, nós já fizemos pedidos em Belo Horizonte no DER (Departamento de Estradas e Rodagem) para já caracterizar ali, então as placas de caracterização já foram colocadas. Mas investimentos no distrito ainda não houve, até porque a questão não é necessariamente o investimento, é permitir ao distrito crescer, não é a prefeitura que vai lá fazer, é o distrito que vai crescer! Porque, por exemplo, antes como zona rural eles não podiam vender terreno menos que 3 hectares, hoje eles podem vender de 175 metros, então as pessoas têm que fazer loteamentos, a iniciativa tem que ser da população. Agora a prefeitura não vai deixá-los escoarrecidos, não! A prefeitura vai apoiar, vai ajudar.³

Ainda não foram realizadas transformações nem melhorais na infraestrutura. Não foi feito ainda o desmembramento da área rural, então os moradores não estão pagando ainda o IPTU (Imposto Predial e Territorial urbano), por enquanto está tudo em uma matrícula só rural, então estão fazendo um estudo para fazer esse desmembramento, tem que fazer um projeto como um loteamento urbano. O levantamento do número de moradias já foi feito.⁴

O prefeito ainda disse, que todo procedimento na delimitação de cada imóvel para arrecadação do IPTU já está sendo feito no cartório, o que faz questionar o porquê de não se ter o mesmo empenho no trabalho para que as melhorias necessárias aos moradores aconteçam. É interessante destacar também, que espera que o crescimento do distrito venha por parte dos moradores através de loteamentos, o que pode justificar a não punição para o loteamento clandestino no Moçambo, iniciado antes da transformação em distrito.

Resende (2007) ressalta que, na maioria das vezes, somente o interesse fundiário ou fiscal é levado em consideração, quando é tomada esse tipo de decisão.

³ Ivan Antônio de Freitas- prefeito de Muzambinho, 2016.

⁴ Cléber de Oliveira Marcon- vereador, e presidente da Câmara no início do projeto.

O rural será dessa forma o restante, o resíduo da área do município. Assim, não importa se existem áreas e populações vivendo no perímetro urbano, praticando atividades rurais, e também, áreas e populações vivendo na zona rural, praticando atividades urbanas. Também não importa a função ou situação desses espaços, mas sim a delimitação oficial que, na maioria das vezes, é formulada levando em conta interesses fundiários ou fiscais. (RESENDE, 2007, p. 25).

Até o momento então, as necessidades expostas pelos moradores entrevistados como o calçamento de todas as ruas, o encanamento e tratamento da água e esgoto, o acesso aos serviços de telefonia e internet para todos, a criação de áreas de lazer e nenhuma outra mudança referente ao bem-estar social, ou a infraestrutura ocorreu de forma significativa.

Com a transformação, foram feitas apenas pinturas no meio-fio das ruas pavimentadas. A população ainda depende de serviços da sede do município. Há apenas uma mercearia, com pouca variedade de produtos alimentícios. Mesmo tendo sofrido influências da urbanização, das novas tecnologias e da modernização de um modo geral ao longo dos últimos anos, o modo de vida rural, ainda é muito evidente, não sendo possível diferenciar ainda o Moçambo de outros bairros rurais do município. Na realidade, esse modo de vida e a identidade da população do Moçambo será preservado, suas especificidades serão mantidas, mesmo com qualquer mudança de ordem política ou capitalista, porque correspondem a questões de afinidades e sentimentos, questões e vivências ontológicas.

Os resultados apontados pelos dados coletados a campo, também mostraram que a principal fonte de renda dos moradores está relacionada à produção de café, e evidenciaram uma forte ruralidade no distrito, marcada pela expressiva religiosidade dos moradores, pelas relações interpessoais e de vizinhança, pela dependência que possuem da sede do município e pela forte ligação com o campo.

O modo de vida rural, e características que se assemelham ao conceito de bairro rural, podem ser percebidos nas falas dos moradores quando expressam seu sentimento pelo Moçambo, suas culturas e vivências:

A tradição da festa da igreja continuou, modificou, mas toda vida teve! Sempre é no mês de maio, aí, está chegando perto! Tem outras em outubro também, mas tem planejamento, para não atrapalhar Bom Retiro, Patrimônio, Morro Preto, né? Então faz a mesma coisa, se não faz no mês de maio aquela tradição, nós marcamos um mês e fazemos! É uma festa gostosa, coisa boa! (J. C. S., 64 anos).

Tenho relação boa com meus vizinhos, pelo menos eu converso muito. Tenho uma amizade imensa com eles. Às vezes a gente não vai na casa, mas gosta de ir no portão perguntar se estão bem. (J. R. S. B., 57 anos).

Mesmo mudando para distrito população vai continuar se considerando do campo. Aqui vai demorar a desenvolver como distrito. Porque o povo daqui, criado na roça, ainda não acostumou que aqui seja distrito já. Até eu para acostumar que aqui é um distrito vai demorar. (J. B., 64 anos).

“Já veio bastante gente de fora, de cidade aqui de perto, às vezes até de São Paulo mesmo, ou gente que fez a vida lá e aposentaram e agora compraram terra aqui de novo. Uma prima minha mesmo, que casou e passou a vida em Monte Belo, agora que eles aposentaram, compraram uma chácara aqui, e assim tem muitos que vieram buscando sossego.” (J. S., 75 anos).

A religiosidade claramente é a marca de muitas manifestações culturais no distrito. Quando questionados sobre o cultivo de tradições religiosas, a maioria dos entrevistados respondeu que “sim” (70%), sobretudo frequentando terços e rezas em casas de outros moradores, participando de festas religiosas promovidas pela Igreja Católica, indo à missa toda semana, viagens anuais a cidades que promovem o turismo religioso como Aparecida (SP) e Trindade (GO), bem como se envolvendo com diversas atividades orientadas pela Igreja. Vale ressaltar que todas as respostas foram relacionadas a tradições religiosas, de fiéis da Igreja Católica - Igreja Nossa Senhora do Rosário- que segundo moradores, corresponde ao prédio mais antigo do distrito e está localizada na rua principal de acesso ao distrito (figura 5).



Figura 5- Igreja Nossa Senhora do Rosário- Moçambo.
Fonte: Letícia Almeida Araújo. Pesquisa de campo (maio, 2016).

Apesar de exclusivamente na pesquisa a campo, os moradores que acabaram sendo entrevistados se revelarem católicos, existem pessoas adeptas de outras religiões no distrito, como os evangélicos da Igreja Petencostal Vida Restaurada. Todas as festas realizadas no distrito nos últimos anos são relacionadas a alguma comemoração religiosa de dia santo. Essas festas são realizadas no Salão Comunitário da Igreja Católica ou no Salão de Eventos da

Associação Comunitária dos Moradores do Distrito do Moçambo. Andando pelas ruas do distrito, é comum visualizar casas que em sua entrada tenham uma capela construída, mais uma vez representando o forte caráter religioso do atual distrito.

Por isso, uma das justificativas do poder público municipal de que o bairro estaria localizado muito próximo à sede do município, portanto, deveria ser elevado a distrito, deve ser questionada, uma vez que essa distância pode não expressar o grau de ruralidade de uma população, seu modo de vida e contato com o campo. Assim, umas das temáticas que moveu a pesquisa foi identificar se o novo distrito apresenta características próximas de um bairro rural mesmo com a transformação, também se foi uma mudança em um momento oportuno, se os moradores tiveram conhecimento de todos os aspectos que a envolvem, e se o que estavam esperando com essa nova configuração aconteceu ou está acontecendo.

Os jovens entrevistados, assim como todos outros moradores também consideraram como “ruim” as atividades de lazer no distrito. Os motivos apresentados para essa consideração foram os mesmos, por não conseguirem identificar outra forma de lazer evidente sem ser o campo de futebol. Só que os jovens como forma de lazer, acabam revelando o quanto as urbanidades já se fazem presente no distrito, uma vez que citaram como forma de divertimento o uso da internet, o acesso às redes sociais, o uso do celular e da televisão. Também citaram que fazem passeios e vão a festas que acontecem na cidade.

Ainda assim, como relatado, nem todos os jovens tem acesso de boa qualidade à internet ou podem ir com frequência à cidade, então como forma de lazer, costumam andar de bicicleta pelo distrito ou ajudar os pais nos afazeres de casa ou em serviços do campo. Assim, de um modo geral eles consideram Moçambo como um lugar bom (60%) ou ótimo (30%) para se viver (gráfico 2):

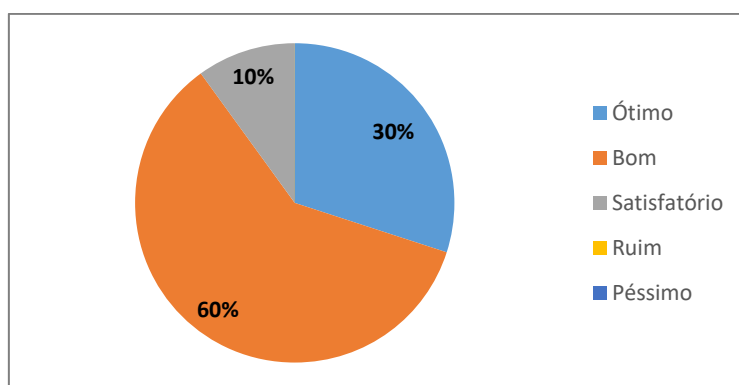


Gráfico 2- Moçambo como lugar para se viver na visão dos jovens.
Fonte: Letícia Almeida Araújo, 2016. Pesquisa de campo.

Ainda que tenham que se deslocar até a cidade ou outros municípios para estudarem, e considerando que o distrito não apresenta as atividades de lazer que gostariam, os jovens entrevistados demonstraram muita afetividade e prazer em viver no Moçambo, mesmo sem expressar com exatidão os motivos, todos de maneira geral, demonstraram orgulho em ser um morador do Moçambo, e adiantaram que se tiverem que morar em outro lugar por algum motivo, vão sempre buscar manter o vínculo com o distrito.

Para os outros moradores que responderam ao questionário, houve quase que uma divisão de opiniões sobre a consideração de que a vida no Moçambo foi melhor no passado, ou é melhor hoje. A maioria considerou que o distrito era um lugar melhor para se viver no passado (60%), se remeteram aos tempos em que a estação ferroviária ainda estava ativada, e havia toda uma movimentação de pessoas e mercadorias, onde o bairro assumia uma função importante e reconhecida, havia mais comércios e atividades festivas. Os moradores que consideraram que hoje é melhor viver no Moçambo, argumentam a existência de mais recursos financeiros, maior facilidade de acesso aos municípios vizinhos, maior tecnologia e condições de ter bens materiais equivalentes aos de um morador da cidade.

Interessante notar que os moradores aposentados em quase sua totalidade responderam que o passado no Moçambo era melhor com um certo saudosismo à época exclusiva da ferrovia, já os que consideram que hoje é melhor, são filhos que viram os pais passarem por dificuldades financeiras e hoje encontram condições mais igualitárias do que tiveram quando crianças. O que não deixa de ser uma forma de se analisar os reflexos da vida econômica do país, atingindo desde as grandes as pequenas localidades.

E todos moradores que foram entrevistados revelaram que não sentem vontade de sair do distrito, alguns por apego, identidade com o local, outros por questões de trabalho, que dependem do campo, a alguns por terem como prioridade uma vida tranquila, e outros ainda por estarem acostumados ao modo de vida rural:

Eu não saio daqui não! Sai daqui para quê né? Eu estou bem aqui, para que eu vou para cidade? Eu já morei um tempo em São Paulo, morei em Guaxupé, só que gosto de ficar aqui mesmo. Aqui eu tenho minhas galinhas, cuido do bar, distraio, converso com o pessoal, e a família que mora fora, gosta de vir aqui todos os domingos. (M. N. F., 69 anos).

Sendo assim, não se pode considerar equivocada a visão daqueles que não identificaram o Moçambo ainda como distrito, porque de acordo com todas as informações fornecidas pelos moradores a campo, realmente o distrito preserva características muito próximas as apresentadas pelos autores do que seriam as encontradas em um bairro rural. Por isso, a

importância de que as políticas públicas de trabalharem com as informações de acordo com a realidade mais próxima de cada localidade, principalmente em casos de definição do que seria o urbano e o rural.

Diante das mudanças esperadas pelos moradores com a transformação em distrito, muitas delas aguardadas, segundo os moradores, há anos desde outros governos, a consideração da atuação da Prefeitura de Muzambinho em relação ao Moçambo foi considerada de ruim (47%) e regular (46%), sendo uma parte ínfima dos entrevistados (7%) consideram-na boa (gráfico 3).

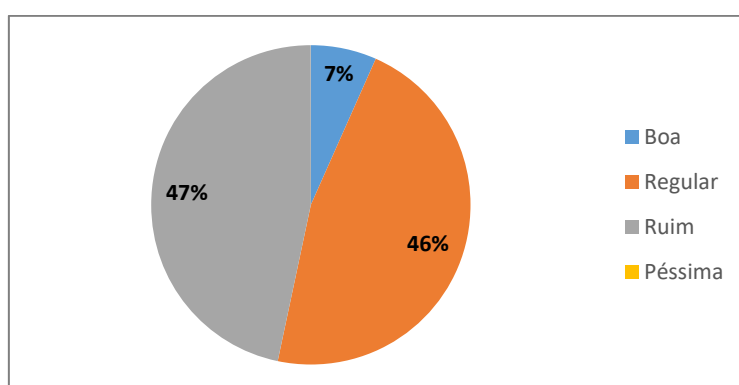


Gráfico 3- Consideração da atuação da Prefeitura em relação ao Moçambo.
Fonte: Letícia Almeida Araújo, 2016. Pesquisa de campo.

O que se percebe então, é que para transformações de intensidade socioespacial e cultural como essa, não basta considerar que por um bairro rural se localizar próximo a área urbana ou já se tratar de uma vila com urbanidades inseridas já pode assumir o caráter de um distrito, mas sim, que falta uma comunicação entre o poder público e seus moradores: a prefeitura deve dar um retorno de todo processo em andamento aos moradores, e os moradores devem unir-se para que suas reivindicações sejam ouvidas junto ao poder público.

Sobre a colocação da placa de identificação do distrito, ela foi implementada em um dos lados da rodovia no sentido Muzambinho- Guaxupé (MG) traz os dizeres: “Distrito do Povoado do Moçambo” (figura 6). Interessante notar que em documentos oficiais, em placas indicativas de qualquer obra no distrito, é utilizado termo “povoado”, enquanto os próprios moradores do distrito e mesmo da cidade, sempre o denominaram de “bairro rural”.



Figura 6- Placa indicativa do Distrito de Moçambo.
 Fonte: Letícia Almeida Araújo, 2016. Pesquisa de campo. (maio, 2016).

Se por todos esses anos Moçambo assumiu a configuração de um bairro rural, questões sobre como se caracteriza um bairro rural podem surgir, pois para muitos moradores entrevistados, ou pessoas envolvidas em geral com o distrito (que passam pela rodovia frequentemente, que têm parentes no Moçambo), a placa colocada na rodovia é o único indicativo de que o bairro se transformou em um distrito.

O modo de vida rural, mesmo ao longo dos últimos anos ter sofrido influências do urbano, das novas tecnologias e a modernização, ainda é muito evidente, não sendo possível distinguir ainda o Moçambo de outros bairros rurais do município. Percebe-se então, nesse momento da discussão, uma grande dificuldade no que se refere à definição exata do que vem a ser urbano e rural, explicitando, assim, uma problemática que afeta diretamente a própria população, por ser ela o foco das ações de políticas públicas, as quais necessitam de informações próximas à realidade presente nas várias localidades do território político-administrativo. Sendo assim, é de grande importância de se analisar todo processo e intencionalidade de todas as partes que propõe uma transformação tão complexa como essa, onde são envolvidas as identidades e particularidades de uma população.

Considerações Finais

Já houve um passado marcante de exclusão do campo em detrimento da cidade, que anulou paisagens, culturas e pessoas, e por mais que hoje se comprove que o campo e a cidade formam um território híbrido palco de diversas trocas, a lógica capitalista se desenvolve para propagar o modo de vida urbano, o que faz com que se trabalhe para reforçar a ideia de que as

especificidades existem sim, que o modo de vida rural não se esvai em todas porções do país, que cada localidade é afetada pela ordem global de uma forma diferente, e reage de uma forma diferente.

Nesse sentido, se torna importante estudar os fenômenos e acontecimentos de localidades que possuem história, vivências e transformações reveladoras de vários processos, mas que muitas vezes não se tornam objeto de estudo por não fazerem parte das áreas vantajosas e de influência para o capital.

Essas considerações são válidas de serem pensadas, porque fazem enxergar que essa lógica econômica, ou de defesas de interesses e poderio, também se faz presente nas várias instituições que cuidam das políticas públicas do país: leis, planos, intervenções, são criadas sem que seus redatores conheçam a realidade de cada lugar, as políticas em sua maioria são muito generalizadoras ou excludentes, e a vontade, o modo de vida, as identidades dos moradores acabam sendo apagadas.

Esse olhar voltado apenas às áreas que ofereçam algum tipo de interesse, financeiro, comercial ou político, não pode ser justificativa para que em pequenos municípios, distritos ou povoados se deixe de pensar o que é melhor para sua população, porque todas essas áreas possuem diferentes potencialidades e tipos de riqueza, que muitas vezes não envolvem o material produtivo, mas o humano.

Referências Bibliográficas

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute. A Relação campo- cidade e suas leituras no espaço. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. Disponível em <http://www.academia.edu/31633649/A_RELAC%C3%87O_C3%83O_CAMPO-CIDADE_E_SUAS_LEITURAS_NO_ESPA%C3%87O_The_countryside-field_relations_and_readings_in_space_academia.edu.com.br> Acesso em: 15 maio 2016.

MANAIA, Marcel Saab Rodrigues. Distritos Rurais: Uma incessante busca por sua compreensão, o caso de Paiquerê e Warta, Londrina-PR. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XX, 2010, Francisco Beltrão- Paraná. Disponível em <http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/> Acesso em: 02 jun. 2016.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceito. Interface Porto Nacional, n. 5, 2012. Disponível em <<http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>> Acesso em: 02 maio 2017.

PINA, José Hermando Almeida; LIMA, Osmar Almeida; SILVA, Vicente de Paulo. MUNICÍPIO E DISTRITO: um estudo teórico. Campo- Território: revista de Geografia

Agrária, v. 3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11851/6937>> Acesso em: 05 jun. 2016.

PEREIRA, Viviane Santos; SILVA, André Wagner Barata. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: O caso de São Thomé das Letras. In: 47º Congresso SOBER, Porto Alegre, 2009. Disponível em < <http://livrozilla.com/doc/1356813/pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-e-desenvolvimento-rural--o> > Acesso em : 03 maio 2017.

RESENDE, Sidivan. INTERAÇÕES ENTRE RURAL E URBANO: discussões e tendências de análise. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.) Interações geográficas - A conexão interinstitucional de grupos de pesquisa. Uberlândia: Roma Editora, 2007.

RUA, João. A Resignificação do rural e as relações cidade- campo: uma contribuição geográfica. Revista da Anpeg, n.2, 2005. Disponível em < <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/81>> Acesso em: 10 jun. 2016.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. p.130. Disponível em < http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F147768%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2FPolíticas%20Publicas%20GP%202%20Edicao%20Nacional%20Miolo%20Online.pdf> Acesso em: 03 abril 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas Públicas. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia. 2002. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf > Acesso em: 03 maio 2017.